

**A IGREJA CATÓLICA E O REGIME CIVIL MILITAR
BRASILEIRO (1964-1985)**

*THE CATHOLIC CHURCH AND THE BRAZILIAN CIVIL MILITARY
REGIME (1964-1985)*

*Fábio Pereira Feitosa**

Resumo: A Igreja Católica é uma das mais antigas e mais importantes instituições instaladas no Brasil, sua história é rica em fatos e em eventos. Neste trabalho buscaremos refletir um pouco sobre a oposição desempenhada por esta instituição ao Regime Civil Militar instaurado no Brasil (1964-1985).

Palavras chaves: Igreja Católica. Regime Civil Militar. Democracia.

Abstract: The Catholic Church is one of the oldest and most important institutions in Brazil. Its story is marked by different chapters. In this work we will seek to reflect a little on the role played by the Church in opposition to the Civil Military Regime established in Brazil (1964-1985).

Keywords: Catholic Church. Civil Military Regime. Democracy.

Introdução

A relação da Igreja Católica com o Estado brasileiro é marcada por aproximações, distanciamentos e conflitos. Ao analisarmos a história recente desta instituição em nosso país, é imprescindível observar tais características, que permeiam toda a sua trajetória, desde o Regime do Padroado até a Neocristandade e o Regime Civil Militar, além do processo de Redemocratização.

A década de 1960 ficou registrada na história como um período de intensas conturbações políticas, sociais e econômicas. O mundo encontrava-se imerso na chamada Guerra Fria, enquanto a Igreja Católica passava por um momento de aggiornamento, impulsionado pelo Concílio Ecumênico Vaticano II, convocado pelo Papa João XXIII, conhecido como Papa Bom.

No contexto brasileiro, a década de 1960 foi marcada por diversas tensões, destacando-se: a renúncia presidencial de Jânio Quadros, a tentativa de impedir a posse constitucional de seu Vice-Presidente, João Goulart, a implantação do Parlamentarismo e, por fim, o Golpe Civil Militar de 1964, que representou um intervalo na democracia brasileira e foi responsável por institucionalizar várias formas de violência. Diante desse quadro, a Igreja tornou-se a principal força de oposição ao Governo Civil Militar e, em

* Graduado em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Pós-graduado em Educação, Diversidade e Cidadania. Graduando em Teologia na Faculdade João Paulo II.

consequência dessa postura, pagou um alto preço: muitos de seus membros foram perseguidos, presos, torturados e mortos. Neste trabalho, buscaremos refletir sobre o papel desempenhado pela Igreja na luta contra o Governo Civil Militar.

1. Entre Conflitos e Renovações

A história da humanidade sem sombras de dúvidas é marcada por continuidades, rupturas e consequências. O conjunto de conflitos diretos e indiretos responsável por dividir o mundo em duas zonas de influência, que ficou conhecido como Guerra Fria, é sem sombra de dúvidas uma continuidade e uma consequência da II Guerra Mundial (1939-1945), considerando que os dois países “vitoriosos” deste conflito bélico passaram a rivalizar o controle econômico, político, social e cultural do mundo. Estamos nos referindo aos Estados Unidos da América (EUA) e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), respectivamente representantes máximos de modelos econômicos totalmente antagônicos: Capitalismo e Comunismo.

Buscando a expansão de sua influência sobre os países europeus, arrasados pela II Guerra Mundial, o governo estadunidense no ano de 1948 criou o chamado Plano Marshall, cujo objetivo oficial era financiar a recuperação dos países que haviam sido de alguma forma devastados por este conflito armado. Além da recuperação econômica dos países beneficiados por este plano, ele objetivava também estreitar a relação entre eles e o governo estadunidense, criando assim um bloco econômico e social que pudesse resistir e até mesmo combater o comunismo.

O bloco comunista, liderado pela URSS não ficou para trás e assim como o seu adversário, também criou um plano de ajuda e de recuperação econômica para os seus aliados, estamos nos referindo ao Conselho Para Assistência Econômica Mútua (Comecon), que buscava fortalecer a economia dos países socialistas, estimulando o desenvolvimento industrial e tecnológico, procurando assim fortalecer a economia do bloco socialista para que estes não fossem dependentes dos países capitalistas.

Outra estratégia elaborada pelo governo estadunidense foi a chamada Aliança Para o Progresso, programa governamental que oficialmente tinha por finalidade o desenvolvimento econômico e social do continente americano, mas na verdade, o seu alvo era minar a influência comunista neste continente.

Além destas táticas, o governo estadunidense passou a apoiar e a incentivar golpes de Estado ao redor de todo o globo, buscando assim derrubar aqueles governos e políticos

que na sua visão poderia representar para ele algum perigo ao seu projeto de dominação mundial. Esta estratégia se fez ainda mais presente a partir do ano de 1958, quando tivemos em Cuba, pequena ilha que por anos foi considerada por muitos como sendo o quintal do “tio san”, uma revolução, cuja influência era temida e profundamente combatida pelos EUA.

Além da Guerra Fria, um outro evento externo que não pode ser negligenciado e que influenciou a relação da Igreja com a Ditadura Militar foi o Concílio Ecumênico Vaticano II (1964-1965), evento responsável por renovar as estruturas da Igreja e pelo estabelecimento do diálogo desta instituição com o mundo moderno. Este que foi o 21º Concílio da Igreja é para esta instituição um marco referencial em sua história, considerando os mais diversos frutos advindos de sua realização. Ao fim deste concílio que reuniu cerca de 2.540 padres conciliares, tivemos a aprovação e a publicação de quatro Constituições, nove Decretos e três Declarações.

Embora, o Vaticano II tenha sido um concílio ecumênico, isto é, contou com a presença de bispos de todo o mundo, as suas diretrizes foram sentidas mais efusivamente na Igreja Latino-Americana, sobretudo na brasileira, por aqui os ventos conciliares renovaram antigas estruturas e fecundaram nossas formas de eclesialidade, como demonstra Beozzo (1995, p.11):

João XXIII e, de modo particular, o Concílio foram para a Igreja do Brasil como se águas longamente represadas se houvessem soltado, correndo livremente, abrindo e aprofundando o próprio leito.

O Concílio permitiu não só uma primavera inesperada, mas que novas formas de eclesialidade fossem sendo tecidas no chão da Igreja, como as comunidades de eclesiais de base; nos corpos intermediários, como os conselhos paroquiais, conselhos diocesanos de pastoral e grandes assembleias diocesanas; nos regionais, com as assembleias das Igrejas; e, por fim, no corpo episcopal, com forte senso de colegialidade vivido pela CNBB, em plano regional e nacional.

Desta forma, percebemos concretamente o papel do Concílio Ecumênico Vaticano II como um importante artesão que ajudou a modelar as atuais estruturas da Igreja no Brasil, desenhando assim, mudanças substanciais nas relações entre os membros da hierarquia, que passaram a viver mais intensamente o espírito de colegialidade e de corresponsabilidade e assim incentivaram e legitimaram uma maior organização do Povo de Deus em diferentes níveis.

As novas concepções da Igreja, apregoadas a partir do Vaticano II, foram sentidas de modo particular pela Igreja Latino-Americana, que por meio de vários de seus

membros buscou desenvolver formas para a aplicação concreta do espírito conciliar na luta pelos Direitos Humanos, na inclusão social de grupos marginalizados e na luta por Justiça Social e Paz. Por esta opção muitos acabaram pagando com a sua própria vida,

A realização do Vaticano II e o início da aplicação de suas diretrizes no Brasil ocorreram em meio a um clima de conturbação política, tendo em vista que a década de 1960 foi marcada pela renúncia presidencial de Jânio Quadros em 1961; A tentativa de impugnação da posse constitucional de João Goulart, seu Vice-Presidente e por fim o Golpe Civil Militar de 1964 que representou um hiato de 21 anos na democracia brasileira.

2. A Igreja Católica e o Regime Civil Militar no Brasil

Ao indagarmos o contexto no qual o governo do Presidente Goulart esteve inserido, iremos verificar que ele “nasceu, conviveu e morreu sob o signo do golpe de Estado” (Toledo, 1994, p.7). O Golpe Civil Militar do qual Goulart e a democracia brasileira foram alvos foi orquestrado por integrantes do Alto comando das Forças Armadas, por setores conservadores da sociedade civil brasileira, setores da imprensa, políticos de oposição ao governo, que não concordavam com os planos do então Presidente. O setor empresarial nacional e internacional também ofereceram sustentação ao golpe e ao regime que mergulhou o Brasil em uma ditadura. Inclusive membros da Alta Cúpula da Igreja Católica deram o seu apoio ao movimento golpista. O governo estadunidense, temendo a proliferação do comunismo no Continente Americano, apoiou e foi um dos mais fortes sustentáculos e legitimadores do golpe e do regime civil militar brasileiro.

Muitos acreditavam que o plano de governo do Presidente Goulart levaria o Brasil ao comunismo, entre os que defendiam esta tese estavam membros da Igreja Católica, que passaram a criticá-lo abertamente, passando assim de forma sistemática a utilizar de diferentes meios que objetivavam incutir no povo o medo do comunismo ateu, bem como, descredibilizar as propostas de Goulart, sobretudo o seu programa de Reformas de Bases. Entre os mecanismos utilizados por setores da Igreja naquele contexto, tivemos a chamada Cruzada pelo Rosário em Família, que mobilizou um grande número de fiéis e que preparou os caminhos para as “Marchas com Deus, pela Liberdade e pela Democracia”, vistas por Alves (1979, p.111) como: “parte de um plano de conjunto dos

que fomentavam o golpe de Estado contra o Presidente João Goulart.” Autores como Chiavenato (2004, p.44, 45,46) nos ajudam a visualizar tal conjuntura vivida à época:

O clero conservador acreditava que as reformas levariam o Brasil ao comunismo. (...) a alta hierarquia da Igreja ficou contra João Goulart. Teve início uma campanha religiosa antagônica ao governo, agravada por alguns dados importantes, como, por exemplo, o fato de os aliados de Jango serem progressistas de esquerda ou declaradamente comunistas.

A campanha religiosa contra o governo foi desencadeada pelo cardeal do Rio de Janeiro, dom Jaime de Barros Câmara. Na sua cruzada anticomunista, ele trouxe das Filipinas o padre Patrik Peyton, que sabemos hoje, era agente da CIA, um especialista em “levantar” as massas católicas contra o “comunismo ateu” em nome da Virgem Maria.

Para se ter uma ideia da eficácia das sementes lançadas pelo padre Peyton, basta lembrar que em São Paulo, no dia 19 de março de 1964 (seis dias após o comício das reformas), 500 mil pessoas saíram às ruas protestando contra o governo.

O tom religioso da manifestação política ficava assegurado pela presença dos representantes da Cruzada pelo Rosário em Família, da Confederação Católica do Arcebispado do Rio de Janeiro, da Associação dos Antigos Alunos do Sagrado Coração de Jesus e do Grupo de Reabilitação do Rosário.

Embora a Cruzada pelo Rosário em Família, as Marchas com Deus, pela Liberdade e pela Democracia e outras iniciativas tenham sido efetivamente utilizadas por setores da Igreja para a criação de um clima favorável à “intervenção” militar em nosso país, é de extrema importância esclarecer que a posição política destes grupos não representava a posição da Igreja como um todo. Assim, não podemos deixar de perceber que por trás da aparente motivação religiosa, estes movimentos possuíam um caráter nitidamente político.

Embora a Igreja seja uma instituição que possua um discurso homogêneo e seus membros partilhem da mesma fé, em seu interior coexistem diferentes grupos que acabam muitas vezes divergindo em virtude de suas origens, interesses e concepções pastorais e eclesiais, o que pode ser visto como um fator que explica a “divisão interna” entre seus membros no que diz respeito ao apoio e a oposição ao Golpe Civil Militar de 1964. Araújo (2012, p.144) nos ajuda a perceber a “divisão interna” da Igreja por ocasião do Golpe Civil Militar de 1964:

A reação da Igreja de 1964 a 1968 diante do Governo Militar foi de aceitação. A maioria da hierarquia apoiou o Golpe de Estado e integrou-se com os setores dominantes da sociedade. (...) a mentalidade anticomunista prevaleceu no episcopado ao apoiar o Golpe Militar. (...) no Golpe Militar de 1964, a posição da Igreja inicialmente foi de dar o

voto de confiança ao Governo, apesar das prisões arbitrárias de líderes cristãos, principalmente ligados aos movimentos da ACB e da Ação Popular.

(...) diante do Golpe Militar, verifica-se uma posição majoritária, mas não unitária. A maioria da hierarquia episcopal, conservadores e alguns moderados, apoiaram e legitimaram a ação dos militares. Outro grupo, moderados (...) escolheu aguardar os acontecimentos para tomar uma posição: ficaram na expectativa e espera. Um terceiro grupo, minoritário, foi radicalmente contra.

Atualmente é consenso entre historiadores e pesquisadores que se dedicam ao estudo do Regime Civil Militar, que inicialmente setores da Igreja movidos pelo anticomunismo deram apoio ao Golpe, mesmo quando este desde os seus primeiros momentos já havia realizado perseguições e prisões arbitrárias contra líderes cristãos e contra movimentos sociais ligados à Igreja, como ocorreu com o Movimento de Educação de Base (MEB), como demonstrou De Kadt (2007, p.219), ao afirmar:

O levante político de abril de 1964 causou a paralisação completa das atividades do MEB em quase todos os sistemas, variando de uma semana a mais de três meses. Os militares invadiram ou fecharam escritórios, patrões fecharam escolas, material foi destruído ou confiscado, membros de quase uma dúzia de equipes locais foram presos por breves períodos ou chamados a depor na Polícia Militar. Monitores foram ameaçados, presos ou demitidos de seus cargos (...)

Com o passar do tempo o Regime Civil Militar recrudesciu ainda mais e com isso tivemos um aumento significativo da violência estatal, e legitimada sobretudo pela Lei de Segurança Nacional e pelos chamados Atos Institucionais (AI), sendo o mais radical o AI-5, promulgado em 1968. Este ato foi responsável por instituir a censura prévia, deu ao Presidente da República a possibilidade de decretar o recesso do Congresso Nacional, das assembleias e das câmaras municipais, tornou ilegal as reuniões políticas sem autorização da polícia, institucionalizou as violações aos Direitos Humanos e suspendeu a garantia do Habeas Corpus. Foi diante deste quadro caracterizado pela derrubada da nossa democracia e de graves e constantes violações aos Direitos Humanos em nosso país, que tivemos o aumento significativo de membros da Igreja que legitimados pela sua Doutrina Social e pelo Concílio Ecumênico Vaticano II levantaram-se contra as inúmeras injustiças praticadas pelo então governo e por seus agentes. “O abismo entre os militares e a Igreja cresceu depois do AI-5” (Serbin, 2001, p.24).

Diante deste novo cenário no qual a Igreja estava se distanciando do Governo Militar, o segundo obviamente não assistiu isto de maneira passiva e passou a buscar meios para conter e desacreditar a Igreja junto à sociedade, para tal foi elaborada uma

série de estratégias, entre as quais a difamação, perseguições, prisões e mortes eram recorrentes.

O golpe civil militar de 1964 implicou uma alteração na história das relações entre Igreja e o Estado, como observou Cancian (2001, p. 38): “O golpe militar de 1964 representou, porém, um “divisor de águas” na história da Igreja no Brasil, porque à medida que o Estado foi se militarizando, estabeleceu-se um conflito latente nas relações entre o governo e o clero católico. Nesse processo, a Igreja se transformou na principal força de oposição à ditadura.” Em virtude dessa nova postura adotada pela Igreja, sendo ela fruto do despertar da consciência acerca dos problemas sociais e econômicos nos quais ela estava inserida e legitimada pelo espírito conciliar e por sua longa Tradição, muitos de seus membros passaram a ser perseguidos, presos, torturados e mortos por enfrentar o *status quo* da época, como observou Serbin (2008, p.187):

Padres, seminaristas e até bispos tornaram-se alvos da política de segurança nacional do Estado brasileiro. A mídia católica foi posta sob censura, e em todo o país padres foram julgados em tribunais militares, presos, torturados e ameaçados de morte. Alguns clérigos estrangeiros foram deportados, e sete padres foram mortos.

Padres foram acusados de três tipos de subversão: radicalismo teológico, atividades relacionadas à pobreza e à luta de classes e abandono das práticas católicas valorizadas por militares e civis conservadores. (...) os generais não faziam distinção entre a subversão revolucionária e o clamor por justiça social católica.

A Igreja como sacramento e sinal de Deus no mundo, deve buscar o bem de todos, assumindo para si, como afirma a Constituição *Gaudium et Spes*: “as alegrias e as esperanças, as tristezas e as angústias dos homens de hoje, sobretudo dos pobres e de todos os que sofrem.” Como visto anteriormente muitos membros da Igreja legitimados pelo Vaticano II passaram a lutar contra as situações desumanizadoras promovidas pelos Regime Civil Militar. Diante desta conjuntura, a Igreja do Nordeste, cuja trajetória é marcada por seu protagonismo eclesial na busca de transformações na Igreja brasileira, se sobressaiu na tarefa de denunciar e combater as atrocidades praticadas pelo governo da época, como observou Mainwaring (2004, p.115):

Desde a década de 50, a Igreja nordestina tem ocupado uma posição proeminente na transformação da Igreja brasileira. No decorrer dos anos 50, os bispos nordestinos defenderam a reforma agrária e foram responsáveis pelas inovações mais importantes da Igreja na Educação Popular: O Movimento de Natal e o MEB. (...) após o golpe, mantiveram sua tradição reformista. Durante os primeiros quatro anos do governo militar, entre todas as Igrejas regionais, a nordestina

sobressaiu-se amplamente mantendo a atitude mais crítica frente o governo.

Por esta corajosa postura, muitos membros da Igreja do Nordeste passaram a ser perseguidos pelo Estado, mas não abriram mão do seu compromisso evangélico de estar e caminhar junto aos mais pobres. Entre eles, um em especial acabou se notabilizando nacionalmente e internacionalmente por seu engajamento na luta contra o Regime Civil Militar e suas práticas que manchavam a dignidade do ser humano, estamos nos referindo ao Bispo de Recife, Dom Helder Pessoa Câmara, homem sensível aos sinais dos tempos e aos clamores do povo, que no ano de 1970 em uma palestra na França teve a coragem de denunciar publicamente que no Brasil a prática da tortura havia sido institucionalizada e era comumente utilizada por agentes da repressão que faziam uso desta terrível técnica para a obtenção de informações. Em virtude de tal denuncia Dom Helder passou a ser alvo de inúmeras ameaças de morte e de sórdidas campanhas de difamações, chegando a ter um de seus assessores assassinado, tratava-se do Padre Antônio Henrique Pereira Neto. O assassinato do Padre Antônio Henrique Pereira Neto foi antecedido por sessões de tortura.

Outros membros da hierarquia da Igreja também sofreram perseguições arbitrárias e torturas, por parte de integrantes das forças de segurança, temos Dom Adriano Hipólito, Bispo de Nova Iguaçu, como demonstrou o dossiê Brasil Nunca Mais:

O primeiro atentado de proporções mais alarmantes foi o perpetrado, em 22 de setembro de 1976, contra o bispo de Nova Iguaçu no Rio de Janeiro, D; Adriano Hipólito, seqüestrado por homens encapuçados que o levaram para um matagal, submetendo-o a espancamentos e abandonando-o nu, enquanto seu carro era conduzido para ser destruído por forte carga de explosivos em frente à então sede da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

Em virtude de seu pastoreio junto aos mais pobres da Baixada Fluminense, uma das regiões mais pobres do Rio de Janeiro, bem como por sua defesa e trabalho em prol dos Direitos Humanos, Dom Adriano Hipólito que inclusive chegou a acolher perseguidos políticos, tornou-se um dos símbolos da resistência católica ao autoritarismo do governo militar e assim passou a ser visto como uma perigosa ameaça ao *status quo* desejado pelas autoridades. O seu sequestro e tortura podem ser considerados claramente como um recado; um alerta aos membros da Igreja que legitimados pelas diretrizes conciliares estavam cada vez mais próximos dos menos favorecidos e com eles buscavam a tão sonhada libertação. Esta ação nefasta que vitimou Dom Adriano Hipólito também

objetivava desmotivar e desmobilizar toda uma rede de trabalho e assistência aos mais pobres, contudo, esta meta não foi alcançada. Os idealizadores desta ação também buscavam intimidar os trabalhos da CNBB junto aos meios populares, tendo em vista que ela estava cada vez mais atenta aos clamores do povo e preocupada com a realidade na qual o Brasil estava imerso.

A repressão contra membros da Igreja tornou-se algo constante e atingiu patamares nunca antes visto, inúmeros católicos foram perseguidos por seu compromisso com a Justiça Social e com a democracia, palavras proibidas pelo governo. Como visto anteriormente a ação repressiva contra setores da Igreja foi intensificada a partir do AI-5 e legitimados por este Ato Institucional agentes da repressão passaram a radicalizar suas ações, um exemplo desta radicalização ocorreu no ano de 1970, quando ocorreu a invasão da sede do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento (IBRADES), no Rio de Janeiro. Tal ação buscava reprimir supostas atividades subversivas praticadas por militantes da Juventude Operária Católica.

Após anos de intensa repressão, surgiu no seio da sociedade civil organizada uma frente ampla em prol da redemocratização, por eleições diretas para Presidente, pela revogação da Lei de Segurança Nacional, da qual a Igreja Católica fez parte, oferecendo seu apoio e se engajando em atos públicos contra a Ditadura, como ocorreu em São Paulo outubro de 1975 quando Dom Paulo Evaristo Arns, Arcebispo de São Paulo e um dos baluartes da luta pelos Direitos Humanos no Brasil, reuniu lideranças em um ato ecumênico na Catedral da Sé por ocasião do assassinato do Jornalista Vladimir Herzog. Aquele ato transformou-se em uma grande manifestação contra os mandos e desmandos da Ditadura Civil Militar.

A Igreja teve um papel fundamental no processo de luta contra o Regime Militar e pela redemocratização, considerando ser ela uma das poucas instituições livres do controle absoluto do Estado e como tal ela foi capaz de ouvir os clamores do tempo e do povo e se colocar contra as arbitrariedades que eram praticadas pelo governo militar.

Considerações finais

A Igreja Católica é uma das mais antigas instituições do mundo, como tal, ela encontra-se presente nos mais variados contextos e situações. No Brasil, ela está presente desde os primórdios da história colonial. Ao longo de sua trajetória, a sua relação com o

estado passou por diferentes momentos, sendo estes marcados por rupturas e reaproximações.

A década de 1960 a nível internacional e nacional foi marcada por significativas agitações e instabilidades políticas, eram os tempos da chamada Guerra Fria, cujos efeitos se fez sentir por todo o globo terrestre. Outro evento que marcou profundamente aquele período foi o Concílio Ecumênico Vaticano II, evento responsável por renovar as milenares estruturas da Igreja e pelo estabelecimento do diálogo desta instituição com o chamado mundo moderno.

A nível de Brasil, tínhamos um clima marcado pela instabilidade política, que culminou com a deposição do então Presidente da República, João Goulart. O golpe que retirou Goulart da Presidência do Brasil foi o resultado de uma ampla articulação que envolveu diferentes segmentos da sociedade da época, entre os quais tínhamos membros da alta cúpula das Forças Armadas, membros do empresariado nacional e internacional, integrantes da alta cúpula da Igreja Católica. O governo estadunidense também ofereceu apoio e legitimou esta “intervenção” golpista em nosso país.

Ao buscarmos verificar qual foi a postura da Igreja diante daquele cenário, iremos verificar que seus membros ficaram divididos, alguns deram total apoio e trabalharam na articulação golpista. Outros preferiram esperar o desenrolar dos fatos. Um terceiro grupo se posicionou de maneira contrária ao golpe.

Desde os seus primeiros momentos, o Regime Civil Militar passou a perseguir sistematicamente membros da Igreja que desenvolviam trabalhos em prol da Justiça Social que estavam em total consonância com a sua Doutrina Social. Embora, inicialmente setores majoritários da Igreja tenham apoiado e sustentado a ação “intervencionista” este quadro foi alterado, sobretudo, após o Ato Institucional Nº5, responsável por instituir a censura prévia, por dar ao Presidente da República a possibilidade de decretar o recesso do Congresso Nacional, das assembleias e das câmaras municipais, por tornar ilegal as reuniões políticas sem autorização da polícia e por institucionalizar as violações aos Direitos Humanos, bem como por suspender a garantia do Habeas Corpus. Diante desta conjuntura anti-evenagélica, a Igreja passou a lutar contra este regime e assim tornou-se a instituição porta-voz da luta pelos Direitos Humanos no Brasil, mesmo quando isso representava riscos efetivos para seus membros. Desta maneira vemos que a Igreja efetivamente assumiu “as alegrias e as esperanças, as tristezas e as angústias dos homens de hoje, sobretudo dos pobres e de todos os que sofrem.” Tal como afirmou a Constituição Conciliar *Gaudium et Spes*.

Referências

ALVES, Márcio Moreira. **A Igreja e a política no Brasil**. São Paulo: Editora brasiliense, 1979.

ARAÚJO, Edvaldo M. **Dom Helder Camara: Profeta – peregrino e paz**. Pensamento teológico e antropológico. Aparecida – SP: Ideias & Letras, 2012.

ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO - "Brasil: Nunca Mais". Petrópolis, Vozes, 1985.

AZZI, Riolando; GRIJP, Klaus van der. **História da Igreja no Brasil: Ensaio de interpretação a partir do povo: tomo II: terceira época: 1930-1964**. Petrópolis: Vozes, 2008.

BEOZZO, José Oscar. **A Igreja do Brasil no Concílio Vaticano II (1959-1965)**. São Paulo: Paulinas, 2005.

BRUNEAU, Thomas C. **Religião e politização no Brasil: A Igreja e o Regime Autoritário**. São Paulo: Loyola, 1979.

CANCIAN, Renato. **Igreja Católica e Ditadura Militar no Brasil**. São Paulo: Claridade, 2011.

CHIAVENATO, Júlio José. **O golpe e a ditadura militar**. São Paulo: Moderna, 2004.

DE KADT, Emanuel. **Católicos Radicais no Brasil**. Brasília: UNESCO, 2007.

LIBANIO, João Batista. **Igreja Contemporânea: Encontro com a modernidade**. São Paulo: EDIÇÕES LOYOLA, 2000.

MAINWARING, Scott. **A Igreja Católica e política no Brasil (1916-1985)**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

O'MALLEY, John W. **História católica para a Igreja de hoje: como o nosso passado ilumina o nosso presente**. Petrópolis: Vozes, 2021.

ROPS, Henri Daniel. **A Igreja da Renascença e da Reforma**. São Paulo: Quadrante, 1999.

SALEM, Helena. **A Igreja dos oprimidos**. São Paulo: Editora BRASIL DEBATES, 1981.

SCHALLENMUELLER, Christian Jecov. **Tradição e Profecia: O pensamento político da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e seu contexto social e intelectual (1952-1964)**. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de Ciência Política da

Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo – SP, 2011.

SERBIN, Kenneth P. **Diálogos na Sombra**: Bispos e militares, tortura e justiça social na ditadura. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

TOLEDO, Caio Navarro de. O Governo e o Golpe de 64. São Paulo: editora brasiliense, 1994.

Recebido em: 30/05/2024

Aprovado em: 13/06/2024